

LER A BÍBLIA COM O POVO E COMO POVO

Johan Konings

1. Questões em torno à leitura popular da Bíblia

Há alguns anos, surgiu em nosso ambiente eclesial uma pequena tempestade em torno a uma tradução bíblica que se queria popular, a Edição Pastoral. Uma das críticas formuladas foi exatamente a abundância do uso do termo “povo” - embora na realidade o texto hebraico use o termo com maior frequência ainda do que aparece na Edição Pastoral... *Requiescat in pace*. Só citei o caso para dizer que em torno do uso popular da Bíblia as águas não são pacíficas.

Que se chama uso popular? De que povo se trata?

Trata-se do leigo - *laos*, povo - em contraposição ao clero? Do fiel simples (inclusive do clero) contraposto aos eruditos, os doutores? Das classes populares em oposição à elite dominante? Das pessoas humanas em geral, à diferença dos grupos religiosos ou da religião institucional? Correlativamente, deve-se perguntar quem *não* pertence ao povo: o clero, os eruditos, os opressores, os adeptos da religião institucional?

Também não é claro de que modo acontece a leitura popular. Para alguns, significa o modo espontâneo pelo qual uma pessoa comum, individualmente e sem preparo especial, abre a Bíblia e tenta ler e compreender. Outros pensam na catequese e no ensino da religião — a Bíblia nos rudimentos da instrução da fé. Pode-se até considerar o uso da Bíblia na liturgia como leitura “do povo”, pois não é a liturgia — *laos+ergon* — o evento do “povo” eclesial por excelência? Será talvez o modo como a Bíblia está presente na devoção popular, na lite-

ratura de cordel? Ou, finalmente, a pedagogicamente orientada leitura bíblica que acontece em círculos e escolinhas bíblicas fora do âmbito acadêmico?

A interpretação do conceito de leitura popular ou leitura com o povo referente à Bíblia não é unívoca e causa apreensões. Estas podem vir da parte de quem é alérgico àquilo que a esquerda chama de organização popular e a direita, de manipulação política do povo pela pastoral; há quem deteste ver invocada a autoridade da Palavra de Deus para respaldar a libertação histórica do povo. Mas existe apreensão também da parte de eruditos que vêem “o povo” interpretar a Bíblia de seu próprio jeito, sem levar em consideração a erudição deles; ou da parte de clérigos ciosos de seu *status*. Tal apreensão revela uma quebra de continuidade entre o povo como comunidade e os que dela se “destacam” por alguma atribuição especial, em vez de se articularem, dentro da comunidade, como responsáveis por um serviço específico. Em vez de articulação, há separação, em vez de identificação como membros de um corpo, a tendência de se situar acima ou ao lado do corpo. O clérigo, de qualquer grau, conforme o concílio Vaticano II, não é antes de tudo membro do Povo de Deus?

Mas existe uma desconfiança bem-fundada, no que diz respeito sobretudo ao perigo de leitura a-crítica. De fato, não se pode negar que as pessoas em geral, inclusive os estudiosos, muitas vezes, lêem a Bíblia sem ter consciência metódica de seus pressupostos e projeções. Lê-se a Bíblia sem purificar os próprios preconceitos teológicos, por exemplo, o preconceito de que o Deus do Antigo Testamento seja um Deus severo, que só conhece a “justiça” (entendida como justiça legal ou penal, ao modelo das nossas instâncias judiciais). Tal preconceito é mera projeção e se desmancha diante de textos centrais do Antigo Testamento que explicitam a imagem de Deus como Deus de amor e fidelidade, por exemplo, Ex 34,5-6. Lê-se a Bíblia sem fazer a crítica dos preconceitos sócio-culturais do leitor e de seu ambiente, sem perceber a projeção de relações políticas atuais ou simplesmente de imaginações geográficas e históricas. Imagina-se a terra bíblica — menor que um município amazonense — como se fosse do tamanho do Brasil. Supõe-se que o povo bíblico tem a memória curta como um povo neocolonial criado pela modernidade e levado a reboque pela sociedade tecnológica, ao passo que cultiva tradições narrativas e culturais milenares. A falta de espírito crítico não apenas provoca projeções individuais ou coletivas na hora da leitura, mas desrespeita também a alteridade da Bíblia. Pois a Bíblia vem de outro tempo, de outro espaço.

Um desvio que com freqüência acontece na leitura bíblica é o exagerado subjetivismo (a distinguir da identificação subjetiva de que

falaremos adiante). Entendemos por subjetivismo aquela atitude que projeta na Bíblia os próprios sentimentos do leitor, sem que se verifique se estes sentimentos correspondem àquilo que o texto de fato diz. Tal projeção pode ocorrer quando alguém, por exemplo, abre a Bíblia para encontrar uma mensagem na primeira linha da página que abre; tal procedimento não é leitura, pois não respeita as regras da gramática, que nos ensina compreender o conjunto da frase dentro de seu contexto literário e vital; é apenas projeção de uma ânsia ou desejo que a pessoa, geralmente de modo inconsciente, traz dentro de si.

Não muito diferente, e igualmente desrespeitosa para com o sentido daquilo que está escrito, é a leitura fundamentalista, que procura na Bíblia expressões para fundamentar o sistema doutrinal ou moral ao qual se adere. Com esta definição visamos tanto o fundamentalismo das Igrejas pentecostais quanto o de certas comunidades católicas, sem esquecer o modo como textos bíblicos são tirados de seu contexto para servir de argumento doutrinal em recentes textos do Magistério — mesmo no Catecismo da Igreja Católica — ainda que o documento da Pontifícia Comissão Bíblica de 15 de abril de 1993, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, reaja contra tal uso.

2. Reflexão

2.1 Ler a Bíblia?

Leitura profana

Ler a Bíblia pode ter vários sentidos. Um amplo leque de atitudes adotadas na leitura da Bíblia pode ser designado com o termo “leitura profana”: a Bíblia é considerada um documento cultural, que se estuda para conhecer a literatura, a civilização, as idéias religiosas ou os mitos daqueles que a produziram. Uma forma de tal leitura é a que procura perceber a estrutura e os eventos de ordem sócio-econômico-político-cultural expressas no texto bíblico ou subjacentes a ele. Não muito diferente é a leitura estética, que aborda a Bíblia como uma expressão artística. Em tempos idos, atitudes semelhantes revelavam-se na leitura histórica, que lê a Bíblia como testemunho de fatos históricos, e na leitura científica, que procura nela encontrar informações de ordem científica em geral. Todas estas leituras têm em comum que situam a Bíblia no nível das expressões culturais de uma parcela da humanidade.

Leitura de fé

Essencialmente diferente é a “leitura de fé” (leitura religiosa), que admite que na Bíblia acontece um contato com a manifestação divina que é o objeto de nossa adesão de fé. Supõe também a continuidade entre os protagonistas da Bíblia — atores e autores — e o leitor de hoje, já que este espera ter acesso ao mesmo evento de revelação que deu origem ao texto bíblico, o que só é possível mediante uma essencial sintonia na percepção do significado. A leitura no quadro da vida eclesial cristão e de sua teologia é deste tipo.

Mas pergunta-se que tipo de continuidade. Recepção passiva de um “depósito”? (Este termo, aliás, exprime muito mal o que 2Tm 1,12.14 quis dizer: “aquilo que me foi confiado”.) Não se trata antes de identificação ativa com uma comunidade, e como comunidade?

2.2 Conteúdo e sujeito da leitura bíblica fiel

O sentido que se revela na Bíblia não é um depósito bancário. É uma relação com a realidade em contínua evolução. Deve sempre ser recriado. Pois o que se lê não é, finalmente, o texto, mas — com a ajuda do texto — a realidade, e isso, sempre em perspectiva e tentativa. O texto transmitido desde o passado e a experiência atual do leitor são os dois olhos que permitem perceber a realidade em profundidade. Quem só tem um destes dois olhos não tem profundidade em sua percepção. Não vê que sua percepção de hoje possui uma terceira dimensão; não vê que o testemunho do passado exprime uma realidade que tem continuidade hoje, nem sua “profundidade divina”.

Se o objeto final de nossa leitura não é o texto, se, ao contrário, ler a Bíblia é conversar com ela sobre a vida, se o que queremos ver não são as letras no papel, mas a realidade que tanto o texto como a nossa experiência trazem até nós, qual é então essa realidade, que conhecemos em profundidade graças ao testemunho consignado na Bíblia? E qual é o sujeito que a percebe?

Estas perguntas supõem consciência da experiência atual da realidade e de sua analogia ou comparabilidade com a experiência atestada na Bíblia. Supõem, outrossim, continuidade entre o olhar bíblico e o olhar de hoje, identidade do sujeito que produz os dois olhares. Certamente não se trata da identidade de um sujeito individual. O sujeito que é capaz de unir esses dois olhares, mediante a continuidade de uma compreensão vivida em circunstâncias sempre evolutivas, é a comunidade, o sujeito eclesial. Trata-se da identidade da comunidade protagonista, atora e autora, com a comunidade leitora. Se se trata de ver a realidade através de uma dupla percepção, a histórico-

existencial de hoje e a histórico-documental das origens, o sujeito deve ser o mesmo.

O povo fiel lê sua própria história na documento antigo. Não é somente leitor, mas até certo ponto co-autor da Bíblia, na medida em que houver continuidade da comunidade de fé, ou seja: Tradição.

O que o povo crente e fiel (*pistos*), o *laos* da liturgia e do laicato, inclusive seus ministros, encontra no *texto* da Bíblia não é de imediato a “verdade plena” de que fala Jo 16,13. Pois esta é dada pelo Paráclito, no tempo que começa com a exaltação de Jesus na cruz e na glória, o tempo de nossa existência no mundo, em que o Espírito de Cristo traz à memória e atualiza para nós hoje o sentido pleno daquilo que Jesus disse e fez. O que o povo fiel encontra de imediato na Bíblia, especialmente na sua parte especificamente cristã, o Novo Testamento, é a referência inicial de seu conhecimento da verdade revelada em Jesus, o ponto de partida e de identificação, que não pode ser perdido de vista, sob pena de ruptura de continuidade e perda de identidade. A “verdade plena” emerge então quando esta percepção referencial, na leitura bíblica, é fecundada pela experiência atual de Deus na vida.

2.3 Povo bíblico e atual

Quem é então esse “povo” que une, por assim dizer, dois focos numa mesma percepção da realidade transcendente que se lhe manifesta na Bíblia e na vida? Qual é seu perfil? Qual é este povo ao mesmo tempo bíblico e atual?

É um povo que tem a experiência da eleição por mera graça e bondade gratuita, não porque valesse muita coisa, mas porque Deus lhe quis manifestar, à vista de todos os povos, o seu amor (Dt 7,7). É um povo que costumava ser convocado — para a luta e para o louvor, para escutar a palavra de Adonai — na sua inteireza, “pequenos e grandes”, “desde o maior até o menor” (Sl 115,13; 1Sm 25,36; Jr 16,6; 2Cr 36,18 etc.). É um povo ao qual Deus manifesta, especialmente em Jesus, a sua lógica de começar pelos últimos, para, sem exclusão de ninguém, alcançar também os primeiros, se o desejarem (Mt 20,8.16). Pois quem se ocupa primeiro com os mais importantes, dificilmente chega até os excluídos: é preciso começar por incluir os excluídos, ainda que o sejam por causa do pecado (Mc 2,16-17; Lc 7,47-50; 13,16; 19,9; Jo 8,11). Este povo tem por Mestre alguém que se identifica com os necessitados e abandonados (Mt 25,35-40) e agradece ao Deus que é Pai sua revelação aos pequenos e simples (Mt 11,25-26). É um povo que aprendeu do Mestre que só recebe o Reino quem se torna igual às crianças, que não podem apresentar nenhum mérito próprio (Mc 10,15-16).

É um povo que experimentou a lógica do amor universal de Deus, que se realiza pela eleição gratuita dos pequenos e dos últimos. Então, o “povo de Deus de Jesus” não pode significar apenas os patrícios, os detentores de direitos civis, os proprietários, chefes de clã, membros da assembléia etc., que constituíam o *am ha'arets* de Israel antes do Exílio. É mais parecido com o *am ha'arets* de depois do Exílio, aqueles que foram excluídos pelos piedosos por não serem tão puros e observantes da Lei quanto eles (cf. Jo 7,49). Poderíamos dizer que Jesus resgatou a universalidade do *am ha'arets* depois que este caiu em desprezo.

É povo crente e fiel (*pistos*), comunidade de fé, sem acepção de pessoas (Tg 2,1-5), espaço eclesial do pobre e do excluído — e isto exige que a estes sejam garantidos o espaço e as condições necessárias para a subsistência material (a justiça), como vemos no modelo das CEBs. É povo estruturado a partir do serviço, que é distribuído por Deus em dons gratuitos que devem aproveitar a todos: uma diaconia genuinamente carismática (1Pd 4,1-11; 1Cor 12--14), a serviço em primeiro lugar dos menos favorecidos.

Este *laos*, o povo eclesial, não vive separado do *ethnos*, o povo extra-eclesial. Como mostra o episódio do diácono Filipe e o eunuco etíope (At 8,26-40), a leitura “fiel” da Bíblia tem uma dimensão missionária. O que ela nos ajuda a ver em profundidade pode servir também para os de fora. Afinal, a luz não vem para ser escondida debaixo da cama, mas para ser posta na luminária (Mc 4,21). Aqui está o sentido de considerar a Bíblia como patrimônio da humanidade. Não significa que qualquer um possa tirar da Bíblia, mediante uma leitura “profana” de qualquer tipo que seja, seu sentido de fé. Significa que a Bíblia é, para a humanidade, uma luz que precisa ser posta na luminária, pela fé dos que hoje reconhecem nela a referência inicial de sua prática de vida. Então, a leitura “profana” bem poderá ser uma *praeparatio fidei*, como vimos acontecer em nosso meio com pessoas que leram a Bíblia com interesse sociológico ou estético e descobriram que seu sentido é bem maior do que isso.

3. A prática da leitura da Bíblia como povo e com o povo

3.1 Práticas

Olhando em nosso redor, podemos ver diversos modelos de leitura da Bíblia com o povo. Há o “modelo Mesters”, ramificado em diversos grupos e experiências (CEBI, SAB, Mês da Bíblia, Projeto “Tua Palavra

é Vida” para religiosos e religiosas, etc.), baseado na interação hermenêutica do texto bíblico e da consciência da realidade atual, numa leitura orante. Há o modelo, comum em certos ambientes, de uma leitura espontânea, procurando ao acaso e quase como um “dedo divino” o texto bíblico que “serve” para a situação ou a carência atual. Não deixa de ser popular e comunitária, também, a leitura da Bíblia que busca ilustrar certos pontos de doutrina. Aproxima-se disso a leitura popular fundamentalista, seja em função de fórmulas doutrinárias e práticas sacramentais, seja em função de ideologias políticas sacralizadas... Há ainda a não desprezível leitura popular que poderíamos chamar de devocional, realizada por ocasião de terços bíblicos, novenas etc. Encontra-se até leitura popular no sentido “profano”, só para dar alguma erudição a grupos populares.

Há, finalmente, uma leitura bíblica com o povo em que poucos pensam, apesar de ela ser a mais antiga e a mais freqüente de todas: a leitura na liturgia da Palavra, principalmente a dominical. Infelizmente, poucos são os ministros responsáveis capazes de ver e de orientar a liturgia da Palavra neste sentido. Melhor correspondem a esta visão outras formas de celebração litúrgica sustentada pela Bíblia, como o “Ofício Divino das Comunidades” etc.

3.2 Condições

Quais são as condições para que o povo eclesial, a começar pelos “pequenos”, realize na Bíblia a aferição de sua experiência de fé e reconheça a sua fé, vivida e praticada no amor e na justiça, na fé dos que escreveram a Bíblia, como se fosse o mesmo povo (como de fato é)?

A condição primeira e mais evidente, embora muitas vezes negligenciada, é que se disponha de uma tradução adequada da Bíblia. Para a leitura popular, não basta uma bíblia erudita como a *Bíblia de Jerusalém*, nem uma bíblia piedosa, como a *Ave Maria*, nem uma bíblia com chave de leitura sociológica como a *Edição Pastoral*, nem uma paráfrase semanticamente equivalente como a *Bíblia na Linguagem de Hoje*. Reconhecendo as qualidades de todas essas traduções, estamos sentindo a falta de uma tradução que sirva realmente de referência, como a tradução de Ferreira de Almeida para as comunidades protestantes de língua portuguesa. Uma tradução cujas principais qualidades, além da fidelidade e a conformidade com os textos litúrgicos, sejam a proclamabilidade e a beleza, que a façam penetrar no ouvido, na memória e no coração do povo. Uma bíblia do povo eclesial.

Outra condição é que se cultivem concomitantemente o conhecimento bíblico e a identidade cristã, que inclui a profissão e a prática

da fé. Pois, com base no que acima refletimos, para o povo cristão, conhecer a Bíblia é conhecer-se a si mesmo. É conhecer a experiência do amor gratuito de Deus ontem e hoje, vivida pelo mesmo sujeito eclesial ontem e hoje.

Isso supõe certo grau de identificação histórica do povo eclesial de hoje com o povo bíblico de ontem. Não é luxo usar os meios culturais necessários para isso: informações sobre história e geografia, gênero literário (poesia, narratividade), costumes, estrutura sócio-político-econômica etc. Tudo isso contribui para realizar a identificação, a fusão dos horizontes de ontem e de hoje, a constituição de um sujeito eclesial único para o qual a Bíblia e a experiência vital hoje sejam os dois olhos de sua percepção em profundidade. E não se pense que isso seja elitista. Experiências com analfabetas, menores da rua etc. mostram que é possível comunicar esses pressupostos a quem não teve a chance (o "luxo", em nosso país...) de uma erudição formal. Tais meios favorecem o envolvimento subjetivo na leitura da Bíblia, não como subjetivismo egocêntrico e arbitrário, e sim, como memória coletiva de uma experiência duradoura de ontem e de hoje.

Convém lembrar aqui as crianças e a juventude, que conforme a escala de valores do Povo de Deus e do Evangelho estão na primeira fila e merecem atendimento prioritário. Aliás, não é falando às crianças que se atinge os adultos?

Surgem aqui os aspectos pedagógicos: Como fazer com que o povo seja realmente sujeito de sua leitura, e não massa de manobra, de manipulação? Está na hora de retomar as intuições que a este respeito foram formulados, em nível global, por Paulo Freire, e aplicados à Bíblia, por Carlos Mesters e outros.

A partir daí podemos incentivar com maior clareza a produção de subsídios diversificados conforme a multidão de circunstâncias em que este povo bíblico hoje vive: roteiros de estudo popular, audiovisuais e subsídios para os MCS, para a multimídia etc. (Está na hora de pensar uma pedagogia libertadora para a multimídia!) No mesmo sentido, continue-se e aprofunde-se o trabalho dos cursinhos e escolinhas bíblicas.

Mas de primeira importância seria o aproveitamento da assembléia litúrgica. Esta deveria ser o círculo bíblico e catequese permanente por excelência. Nenhum jornalista dispõe de uma platéia igual à "dos padres". E que fazem com ela? Uma execução mecânica de fórmulas litúrgicas, nem sempre prescritas pelos livros oficiais, mas antes, pelos folhetos. Leituras incompreensíveis, despreparadas, o que se deve inculpar não tanto aos leitores quanto aos que os deveriam instruir e preparar. Quantas comunidades compram, como vi numa paróquia

de comunidades de pescadores, os livros litúrgicos para os leitores, para que possam preparar e até decorar a leitura que terão de “ministrar e proclamar” à comunidade no próximo domingo. Qual o pároco que se atreve, como eu vi, a solicitar um ator de TV em férias, para que (de graça!) dê umas orientações aos leitores litúrgicos (e assim resgate os excessos de sua vida de artista...)? Quantos que presidem a liturgia conduzem pessoalmente a proclamação da liturgia da Palavra, explicando inicialmente a linha central, eventualmente facilitando criteriosamente alguma leitura comprida ou complicada demais? Ou será o folheto que preside? E quantos presidentes litúrgicos escutam atenciosamente a Palavra, para depois a explicitar no contexto da vida dos seus ouvintes, sem se perder em moralismos de direita ou de esquerda?

Com isso chegamos ao ponto fundamental, a formação dos principais litúrgos, os presbíteros. Será que são preparados — ou *se preparam* — para serem guias nesta fusão do horizonte bíblico com o horizonte da vida que possibilita a percepção em profundidade da experiência cristã de ontem e de hoje? Não se trata apenas, nem em primeiro lugar, do preparo intelectual. Mais importante ainda que este é o preparo do coração, que, ao “curtir”, com todas as faculdades humanas, o texto bíblico, nos torna capazes de cair de joelhos e exclamar: “Mais que a Bíblia está aqui!”

Endereço do autor:
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 — Belo Horizonte — MG